



NOTA TÉCNICA Nº 15(SEI)/2016/GOIA/SRA

ASSUNTO: IMPUGNAÇÃO AO ITEM 1.15 DO EDITAL DO LEILÃO Nº 01/2016

1. DO OBJETO

A presente Nota Técnica tem como objetivo analisar a impugnação ao item 1.15 do Edital do Leilão nº 01/2016, que trata do o processo de desestatização do Aeroporto Salgado Filho (SBPA), localizado no Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul; Aeroporto Internacional de Salvador Deputado Luís Eduardo Magalhães (SBSV), localizado no Município de Salvador, Estado da Bahia; Aeroporto de Florianópolis Hercílio Luz (SBFL), localizado no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina; e Aeroporto Pinto Martins (SBFZ), localizado no Município de Fortaleza, Estado do Ceará.

2. DA IMPUGNAÇÃO

A impugnação ao item 1.15 do Edital do Leilão nº 01/2016 foi apresentado por FERNANDO VILLELA DE ANDRADE VIANNA por meio de Carta S/N 0294330. O impugnante solicita "edição de ato administrativo com o fito de estabelecer que a divulgação da ata com os esclarecimentos ao Edital deverá ocorrer até o dia 13/02/2017, nos termos previsto no item 5.40.1 do Edital". Alega, em síntese, suposta divergência entre o item 1.15 do Edital, que estabelece o prazo para ANAC divulgar a Ata com as respostas aos pedidos de esclarecimentos do Edital, e os prazo para a impugnação editalícia disposto no art. 41, § 1º, da lei Federal nº 8.666/93. Aduz que deve ser conferido às futuras licitantes um prazo razoável para a análise dessas informações e documentos sob essa nova perspectiva, de forma a refletir as regras e diretrizes estabelecidas na Resolução do Conselho do Programa de Parcerias e Investimentos n.º 1/2016, em especial em seu artigo 17. Aduz, assim, que deverá prevalecer a data prevista no cronograma contido no item 5.40.1 do Edital, até mesmo porque, caso se utilize o prazo de que trata o item 1.15, a ata de esclarecimentos seria publicada na mesma data limite para a impugnação ao Edital.

3. DA ANÁLISE

O item 1.15 do Edital do Leilão nº 01/2016 estabelece o prazo mínimo de 10 (dez) dias entre a data da divulgação da Ata com os esclarecimentos ao Edital e a data da entrega dos envelopes contendo as propostas dos licitantes, nesses termos:

1.1.A ata será divulgada no sítio eletrônico da ANAC pelo menos 10 (dez) dias antes da data estabelecida para a entrega dos envelopes descritos no item 5.1 da Seção I - Da Apresentação dos Documentos do CAPÍTULO V - DAS ETAPAS DO LEILÃO e estará à disposição dos interessados na sede da ANAC para consulta, sem identificação da fonte do questionamento. As Proponentes poderão, também, retirar cópia da ata de esclarecimentos sobre o Edital na sede da ANAC.

O Edital do Leilão nº 01/2016 estabeleceu, no item 5.40, o cronograma de eventos relativo ao desenvolvimento das etapas do Leilão, estabelecendo as datas para as suas realizações. Consta do referido cronograma a data de 13.02.2017 para a divulgação da Ata com as respostas aos pedidos de esclarecimentos do Edital e a data de 13.03.2017 para a apresentação dos envelopes contendo as propostas dos licitantes. Ocorre que, evidentemente, tais datas não são imutáveis. O próprio item 5.40.1 dispõe que

eventuais modificações de datas serão divulgadas no sítio da ANAC. Ademais, a possibilidade de alteração de datas resta explícita no item 2.3.3, abaixo transcrita:

2.3. Além das prerrogativas que decorrem implicitamente da sua função legal, a Comissão Especial de Licitação poderá:

(...)

2.3.3. prorrogar os prazos de que trata o Edital em caso de interesse público, caso fortuito ou força maior, sem que caiba às Proponentes direito à indenização ou reembolso de custos e despesas a qualquer título, mediante prévia aprovação da Diretoria da ANAC.

Assim, não existe qualquer contradição entre os dispositivos suscitados. Ora, o item 1.15 estabelece que "a ata será divulgada no sítio eletrônico da ANAC pelo menos 10 (dez) dias antes da data estabelecida para a entrega dos envelopes". De outra parte, o cronograma de eventos de que trata o item 5.40 estabelece um prazo de 28 (vinte e oito) dias entre a data de publicação da ata de esclarecimentos (13.02.2017) e a data de apresentação das propostas pelos licitantes (13.03.2017). Como se observa, as datas estabelecidas no cronograma de eventos observam o prazo mínimo de 10 (dez) dias. Ora, este último prazo, do item 1.15, busca tão somente conferir aos potenciais licitantes a garantia de um prazo mínimo razoável entre a data da divulgação dos esclarecimentos e a apresentação das propostas, de forma que eventuais alterações que se fizerem necessárias no cronograma de eventos não impliquem em lapso de tempo menor entre os dois referidos eventos.

Por outro lado, como dito, os prazos estipulados no cronograma apresentado no item 5.40 estão sujeitos a modificações, segundo consta no item 2.3.3. No entanto, destaca-se a necessidade de esclarecer ao impugnante que as datas estipuladas no supracitado cronograma foram estabelecidas com base nas análises e estudos desenvolvidos durante a elaboração dos Editais e Contratos, bem como nas experiências pretéritas, sendo que a Agência envidará todos os esforços a fim de cumprir o cronograma estabelecido no item 5.40. Em caso de necessidade de alteração das datas dos eventos, o que, no caso específico da divulgação da ata de esclarecimentos, poderá se dar, a exemplo de rodadas anteriores, diante do número excessivo de questionamentos apresentados, bem como diante da complexidade dos mesmos, tal alteração se dará de maneira a se observar a razoabilidade, alterando-se os prazos o mínimo possível e buscando-se estabelecer prazos razoáveis entre os eventos do certame. Obviamente não se chegará ao extremo de publicar uma ata de esclarecimentos na mesma data limite para a apresentação de impugnações ao Edital. Caso necessário, é também facultado ao Poder Concedente alterar a data do recebimento dos envelopes e da própria Sessão Pública do Leilão, a fim de se garantir tempo razoável para que os potenciais licitantes bem elaborem suas propostas.

Posto tudo isso, também não se verifica qualquer afronta das cláusulas editalícias às disposições constantes do artigo 17 Resolução nº 01/2016 do Conselho do Programa de Parcerias e Investimentos

4. DA COMPETÊNCIA E NECESSIDADE DE DECISÃO *AD REFERENDUM* DO DIRETOR PRESIDENTE

Inicialmente, é de se pontuar que, em regra, as impugnações ao Edital devem ser julgadas e respondidas pela Comissão Especial de Licitação, conforme disposto no item 1.22 do instrumento convocatório. Tanto assim que à comissão foi a mesma endereçada.

Ocorre que até o presente momento não foi constituída a Comissão Especial de Licitação. Assim tem-se que a Diretoria Colegiada da Agência é o órgão competente para julgar e responder à presente impugnação, por se tratar da autoridade máxima desta Autarquia, que deliberou pela aprovação do instrumento impugnado.

De outra parte, pontua-se a necessidade que a decisão da presente impugnação se dê monocraticamente pelo Diretor-Presidente, *ad referendum* da Diretoria Colegiada, devido a relevância e urgência da matéria sob apreciação. O art. 6º do Regimento Interno da ANAC estabelece os requisitos necessários para a apreciação *ad referendum*, nos seguintes termos:

Art. 6º Em situações de urgência e relevância, o Diretor-Presidente poderá proferir decisão de competência da Diretoria, *ad referendum* desse Colegiado.

A urgência da matéria decorre do disposto no art. 41, § 1º da lei nº 8.666/93, que estabelece os prazos para os licitantes apresentarem impugnações ao Edital de Licitação, bem como estabelece o prazo para a Administração Pública julgar e responder a tais impugnações.

Art. 41.

(...)

§ 1º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113.

Assim, diante do exíguo prazo de 3 (três) dias para a resposta a impugnação, resta patente a urgência em sua análise e posterior decisão.

A relevância é inquestionável, por se tratar de um processo de concessão de 4 (quatro) importantíssimos Aeroportos.

Portanto, entende-se presentes os requisitos de urgência e relevância da matéria submete-se a decisão *ad referendum* do Diretor-Presidente, visto que não há tempo hábil para submissão da presente Nota Técnica para deliberação pela Diretoria Colegiada antes de esgotar referido prazo, entende-se que a matéria reúne os requisitos de urgência e relevância necessários à aprovação *ad referendum*, nos termos do art. 6º do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de julho de 2016.

5. CONCLUSÃO

Dado todo o exposto, propõe-se o encaminhamento dos autos à Diretoria Colegiada, sugerindo-se seja conhecida a impugnação apresentada que seja exarada decisão por sua improcedência.

Com vistas a atender o prazo estabelecido no art. 41 § 1º da lei nº 8.666/93, e considerando que não há tempo hábil para submissão da presente Nota Técnica para deliberação pela Diretoria Colegiada antes de se esgotar o prazo que a Administração Pública possui para decidir impugnações ao Edital do certame licitatório, entende-se que a matéria reúne os requisitos de urgência e relevância necessários à aprovação *ad referendum*, nos termos do art. 6º do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de julho de 2016.

ADRIANO PINTO DE MIRANDA

Gerente de Outorgas de Infraestrutura Aeroportuária

De acordo. Aprovo a Nota Técnica. Encaminhe-se à Diretoria da Agência.

CLARISSA COSTA DE BARROS

Superintendente de Regulação Econômica de Aeroportos



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANO PINTO DE MIRANDA**, Gerente, em 28/12/2016, às 20:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **CLARISSA COSTA DE BARROS, Superintendente de Regulação Econômica de Aeroportos**, em 29/12/2016, às 00:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sistemas.anac.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0303793** e o código CRC **0C0D0E69**.

Referência: Processo nº 00058.513296/2016-34

SEI nº 0303793